

Análise das Práticas Discursivas da Política Nacional de Educação Ambiental da Colômbia

Analysis of the discursive practices of the National Environmental Education Policy of Colombia

María Angélica Mejía-Cáceres

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Bolsista CNPq, missangelux@hotmail.com

Isabel Martins

Universidade Federal do Rio de Janeiro
isabelgrmartins@gmail.com

Laísa Maria Freire

Universidade Federal do Rio de Janeiro
laisa@biologia.ufrj.br

Resumo

Este documento tem como objetivo realizar uma análise da prática discursiva da Política Nacional de Educação Ambiental da Colômbia para identificar questões de colonização/apropriação de discursos políticos e jurídicos de Educação Ambiental que chegam à educação básica, média e universitária na Colômbia. Para isso, realizamos uma análise qualitativa do documento da política publicado pelo Ministério da Educação no ano de 2002 e reimpresso em 2012. Fizemos a análise em duas etapas: a primeira foi uma análise textual, incluindo alguns aspectos da gramática, coesão e da estrutura textual; e a segunda, uma análise da prática discursiva, identificando os atos de fala e a intertextualidade. Desta maneira, pudemos conhecer sobre a produção, interpretação e propriedades formais dos textos (FAIRCLOUGH, 2001).

Palavras chave: análise do discurso, política educativa, prática discursiva, Educação Ambiental.

Abstract

This paper aims to analyse the discursive practice of the National Environmental Education Policy of Colombia, to identify the colonisation of the basic media and university education, by types of political and legal discourse of Environmental Education. In order to achieve this, we carried out a qualitative analysis of the discourses, materialised through the documentation published in 2002 by the Ministry of Education. From these document, we carried out a two-stage analysis: the first stage included a textual analysis, which incorporated aspects of grammar and textual structure. The second stage of the analysis included analysis of the discursive practices, identifying the acts of speech and intertextuality, and in this way, we are able to understand more about the production, interpretation and formal properties of texts (FAIRCLOUGH, 2001).

Key words: Discourse analysis, educational policy, discursive practice, environmental education.

Introdução

O presente estudo está baseado na ideia de que o discurso é moldado pela estrutura social, as relações de poder, as classes, além dos efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001). Neste sentido, a análise do discurso permite estudar a mudança social, já que consideramos que o discurso é uma ação, porque este é uma forma na qual atuamos no mundo e sobre os outros.

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as constituem, diferentes discursos constituem entidades-chave de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais, e são esses efeitos sociais que são focalizados na análise de discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22)

De acordo com Fairclough (2001, p. 27), “as práticas discursivas em mudanças sociais contribuem para modificar o conhecimento, as relações sociais e as identidades sociais”. Nas análises das práticas discursivas surgem conceitos importantes como: ideologia e hegemonia, dado que, através do discurso, podemos produzir, reproduzir, resistir e transformar as formas de dominação próprias de uma estrutura social, baseada em um sistema capital que tem como parte de suas contradições perigosas, a relação do capital com a natureza (HARVEY, 2014).

Considerando a relação sociedade-natureza, encontramos variadas propostas na educação, entre elas a Educação Ambiental (EA), como aquele processo que permite refletir sobre tais relações. Os interesses no âmbito da EA, na Colômbia, têm gerado, ao longo do tempo, mudanças sociais e culturais. Em termos de documentos legais, tais como decretos e diretrizes políticas, a EA foi incorporada a nível formal e obrigatoriamente nas instituições educativas, através dos projetos ambientais escolares desde 1994. A nível universitário, encontramos diferentes propostas que incorporam a EA tanto a nível curricular como na política universitária.

Com isso, surge nosso interesse em identificar questões de colonização/apropriação de discursos políticos e jurídicos de EA que chegam à educação básica, média e universitária na Colômbia através da análise da Política Nacional de EA colombiana.

Política Pública e Educação Ambiental

Novos olhares da EA, incorporam e concebem a pedagogia como uma prática política, na procura de um processo educativo crítico e emancipatório, o que significa que devemos incluir espaços críticos de aprendizagem, reconhecer os movimentos sociais (GIROUX, 2003), assim como compreender e interpretar as diretrizes dados a nível nacional e internacional .

Retomando o último ponto, encontramos aportes teóricos sobre relações e diálogos entre a EA e diretrizes ou processos políticos. No Brasil, discute-se a influência do tratado da EA para sociedades sustentáveis e responsabilidade global, nas práticas de EA. Como exemplo, podemos destacar a valorização da diversidade, da participação e do diálogo na construção da democracia, o que permitiu a Andrade, Quirino e Sorrentino (2012, p. 625), concluir que as

políticas públicas de EA do Brasil “se apoiam em uma tendência epistemológica que parte de uma visão participativa de políticas públicas, e as considera como resultado de conflitos e forças, e por tanto, incentiva encontro de pluralidades, mediadas pelo diálogo”.

A importância de se estudar a política pública, é porque nela podemos identificar, visões de mundo, interesses, atores sociais que se assume que devam participar no processo educativo, por exemplo, no estudo realizado por Giuffré, Formento e Ratto (2007), acharem que nas leis da Argentina contemplam a EA em todos os níveis educativos, desde a escola básica até a universidade, mediante a pesquisa. Por outro lado, há estudos que procuram relações entre a globalização e sua materialização na educação através da política (JICKLING; WALSH, 2008; SCOTT, 2013).

Contexto sociopolítico colombiano

No contexto colombiano, a partir de 1993, iniciaram-se mudanças sociais através da transformação da Lei 70, na qual incorpora-se na etno-educação à dimensão ambiental, na qual se estabelece que a educação para comunidades negras deve considerar o meio ambiente,. Posteriormente, na Lei 115 de 1994 - Lei Geral de Educação- em seu artigo 5 estabelece como meta da educação “aquisição de uma consciência para a conservação, proteção e melhoramento do ambiente, qualidade de vida e uso racional dos recursos naturais, da prevenção de desastres dentro de uma cultura ecológica.” No mesmo ano, com o decreto 1730, fica estabelecido de modo obrigatório, que toda instituição educativa de caráter formal, deve incluir a EA, focada na dimensão da formação humana, permeando o currículo por meio dos projetos ambientais escolares. No ano 1998, introduziu-se a EA nos programas de formação de professores (MEJÍA- CÁCERES, 2014)

Em 2002, publicou-se a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a qual foi construída mediante o Ministério de Educação Nacional, o Ministério de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional Ambiental (SINA). Os ministérios buscaram estabelecer uma estratégia que responde a uma transformação da problemática local, regional e nacional, mediante a inclusão da dimensão ambiental em todos os níveis da educação básica e média do país. No ano de 2012, a política foi reimpressa também pensando sua participação no Plano Nacional de Desenvolvimento: “Para a prosperidade democrática 2010-2014”, nas construções da Agenda Inter setorial de EA e Comunicação (2010-2014), e na lei 1549 de 2012 à qual procura a institucionalização da política.

Educação Ambiental: Aproximações à concepção Colombiana

O conceito de EA varia de acordo com os autores e com os contextos em que se trabalha. Um exemplo, é a influência da definição criada em 1996, para as orientações dos projetos ambientais escolares que é mantida na PNEA de 2012, vejamos:

A EA deve ser considerada como o processo que permite ao indivíduo compreender as relações de interdependência com seu entorno, a partir do conhecimento reflexivo e crítico de sua realidade biofísica, social, política, econômica e cultural, para que, a partir da apropriação da realidade concreta, podem gerar nele e na comunidade atitude de valoração e respeito por seu ambiente (MEN, 2012, p 29)

Portanto, podemos interpretar que ainda existe na Colômbia uma visão de EA do tipo behaviorista, na qual a meta final é mudar o comportamento dos cidadãos. Assim, ainda que faça referência a um conhecimento reflexivo e crítico, sua ênfase recai sobre a compreensão do indivíduo deixando de fora a coletividade. Por outro lado, encontramos a vinculação entre EA e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a EA seria um instrumento ideológico de reprodução social do atual modelo societário para manter-se inalterado (LAYRARGUES, 2012).

Na lei 1549 de 2012, a EA é definida como:

um processo dinâmico e participativo, orientado à formação de pessoas críticas e reflexivas, com capacidades para compreender as problemáticas ambientais de seus contextos (locais, regionais, e nacionais). Ao igual que para participar ativamente na construção de apostas integres (técnicas, políticas, pedagógicas), que apontem à transformação de sua realidade, em função do propósito de construção de sociedades ambientalmente sustentáveis e socialmente justas (COLOMBIA. Lei 1549 2012, art. 1).

Para que a EA seja considerada crítica, esta deve ser contra- hegemônica, estabelecendo o descontentamento em oposição ao poder dominante, sobretudo da ideia de que seu objetivo corresponde às ações individuais e comportamentais de forma a- histórica, apolítica, conteudista, instrumental e normativa para resolver as questões ambientais. Portanto, são conceitos chave: a política, a ação coletiva, a esfera pública, cidadania, conflito, democracia, emancipação, justiça, transformação social, participação, controle social (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

Análise Crítica do Discurso

Sob a ótica dos estudos críticos do discurso, podemos entender a vida social como um sistema aberto composto de práticas e redes de práticas sociais. Uma prática social é um modo de agir na sociedade conforme a posição dentro da rede de práticas estruturadas em uma ordem social compartilhada. As práticas sociais são constituídas por quatro elementos, a saber: valores, crenças e ideologias; atividade material; relações e identidades sociais; e o discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Neste sentido, discurso é entendido como um momento da prática social, implicando ser um modo de ação, modo de representação, e uma prática de significação do mundo, implica também uma relação dialética entre os eventos sociais concretos e as estruturas sociais mais abstratas.

O discurso molda e é moldado pelos eventos e estruturas sendo assim, socialmente constitutivo. A análise do discurso não só corresponde a descrição das práticas discursivas, mas também na identificação de como o discurso é moldado pelas relações de poder e ideológicas. Esse tipo de análise não se preocupa somente com as relações de poder, mas também, como as relações de poder e as lutas por poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição. Assim, “o discurso é estudado histórica e dinamicamente, em relação as mudanças sociais, e socialmente construtivo, constituindo os sujeitos sociais, as relações sociais, os sistemas de conhecimento e crença. Assim, o estudo do discurso pode focalizar seus efeitos ideológicos construtivos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 38). “Deste modo, podemos afirmar que o discurso contribui para a constituição da estrutura social, influenciando nas normas, convenções, relações, identidades e instituições” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

De acordo com estes efeitos, surgem as seguintes perguntas: que tipos de identidades sociais,

estão sendo construídas na sociedade colombiana a partir dos discursos de EA mediante as diretrizes políticas? Que tipo de relações sociais espera gerar as diretrizes políticas? Sobre que sistemas de conhecimento e crenças?

Acreditamos que as respostas às perguntas de acima, estarão associadas à determinadas ideologias presentes na PNEA, neste sentido, a partir das funções da linguagem e a dimensões de sentido do discurso, podemos reconhecer as ideologias, além, da função identitária, ideacional e textual dos discursos.

A questão sobre colonização e apropriação discursiva presente em nossas indagações, ajuda a discutir as formas com que os discursos se movimentam de uma rede de prática para outra, neste caso a partir da formulação de uma política pública. Esses movimentos podem ocorrer de forma colonizadora e/ou num processo de apropriação, considerando que ao passar de uma prática social para outra ocorrem recontextualizações dos discursos. Deste modo, interessamos investigar que discursos de natureza política e jurídica presentes na PNEA interpelam a educação básica, média e universitária na Colômbia? Assim, para este trabalho, estabelecemos como objetivo geral identificar questões de colonização/apropriação de discursos políticos e jurídicos de EA que chegam à educação básica, média e universitária na Colômbia através da análise da PNEA colombiana.

Metodologia de pesquisa

Desenho metodológico

O estudo realizado utilizou a proposta de Fairclough (2001), para a interpretação de textos mediante a caracterização de aspectos de produção e interpretação e propriedades formais dos textos por meio da análise textual e análise da prática discursiva. Para a análise textual, usamos três categorias de análise: a estrutura textual que faz referencia ao tipo de texto, a coesão (por repetição de palavras) e o vocabulário (a análise recai sobre as lexicalizações alternativas e sua significação política e ideológica, tais como a re-lexicalização dos domínios da experiência como parte de lutas sociais e políticas. Sentidos das palavras, como entram em disputa dentro de lutas mais amplas).

Em relação à análise da prática discursiva, utilizamos a categoria força, que pode ser potencial, direta ou indireta, a partir do componente acional, ou seja, parte de seu significado interpessoal, a ação social que realiza, que ato de fala desempenha (ordem, pergunta, ameaça, promessa, etc) (FAIRCLOUGH, 2001). Neste estudo não realizamos a análise a partir da componente proposicional.

Análise de dados

Análise textual

Estrutura textual e contexto

Texto: Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Edição especial pelos 10 anos de sua criação (2002-2012). O texto, com 113 páginas, aprovado pelo Conselho Nacional Ambiental, teve sua primeira versão publicada em 16 de Julho de 2002. Maritza Torres Carrasco, do programa de EA, do Ministério de Educação Nacional e professora da Universidade Distrital foi a pessoa responsável pela coordenação editorial. No documento, os autores esclarecem que o texto mantém o original de 1996, e só foi incorporado como anexo à lei 1549 de 2012- instrumento de fortalecimento de sua institucionalização no território

nacional. O documento é do tipo argumentativo, já que constantemente pretende convencer o leitor (sociedade colombiana) sobre a importância de se trabalhar a EA no sistema educativo. O documento apresenta traços linguísticos, que correspondem ao uso da modalidade enunciativa para apresentar teses. Além disso, utiliza conectores contrativos, consecutivos e causais.

Sua estrutura genérica, é uma mistura de gêneros, já que o texto articula o gênero política, dado que forem construídos por atores sociais próprios de instituições dirigentes do país, como são os Ministérios de Educação e o Ministério de Ambiente. Entendemos que, como o texto tem o objetivo de alcançar os cidadãos, este possui uma linguagem de fácil compreensão representativa; o segundo gênero que podemos identificar é jurídico, já que promulga normas e leis, em relação ao ambiente, que vão regular e legitimar ações dos cidadãos e das instituições educativas.

Coesão e Vocabulário

Para esta análise trabalhamos a coesão buscando trechos em que aparecem a palavra “Educação Ambiental”. Nesses trechos identificamos também, o sentido da palavra, característica que corresponde à categoria vocabulário. Para fazer esta análise, fizemos uso do software AdTAT da University of Adelaide Teaching Development Grant awarded to the Faculty of Sciences (2007), o qual permite contar as palavras.

Repetição de palavras	Quantidade	Sentido da palavra	Posição no texto
Educação Ambiental	236 vezes	- Em relação a atores sociais a participar dela	10, 48, 114, 124, 139
		- Temática	11, 12, 14, 16, 19, 24, 30, 31, 46, 57, 62, 63, 64, 65, 69, 73, 74, 76, 84, 85, 94, 95, 98, 99, 103, 104, 105, 112, 113, 115, 116, 117, 125, 127, 128, 136, 137, 138, 143, 146, 148, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 167.
		- Conceito /implicações	13, 17, 18, 23, 26, 27, 28, 29, 40, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 59, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 100, 101, 102, 107, 118, 119, 129, 130, 131, 141, 142, 144, 145, 151, 157
		- Como disposição jurídica / política	20, 21, 22, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 45, 53, 56, 58, 60, 61, 106, 108, 109, 110, 111, 123, 126, 132, 133, 134, 135, 140, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 166, 168

	- Como objetivo	15, 25, 34, 55,
	- Como estratégia	23, 26, 38, 43, 44, 52, 120, 121, 122

Quadro 1: Repetição e Sentido da Palavra Educação Ambiental¹

Para o desenvolvimento do presente trabalho, só apresentaremos a análise do sentido da palavra em função à temática e conceito/implicações Os outros sentidos, serão desenvolvidos em um artigo mais extenso.

O sentido da palavra identificado como temática, corresponde às suas funções textuais, e como estruturam a informação num sentido geral. Geralmente corresponde o que pode ser considerado a informação dada, que pode ser o sujeito, sequência temática ou estrutura temática (FAIRCLOUGH, 2001, p. 227, 228). Nas diferentes posições encontradas ao longo do texto, foi usada a palavra EA 47 vezes como temática, sobretudo sendo referenciada nos títulos e subtítulos no interior do texto.

O sentido de palavra referente à conceito e implicações, permite identificar que tipo de conhecimento expressa, pressupõe, omite e prática a PNEA. Porém, podemos estabelecer as ideologias presentes na normatividade. Também, podemos lembrar que os sentidos das palavras, as pressuposições, implicações, a coerência, são constituintes da ideologia (FAIRCLOUGH, 2001, p. 60).

A seguinte análise, corresponde mais à perspectiva do uso do conhecimento, dada a sua importância na prática discursiva, porque expressa seu poder através do conhecimento, já que gera um tipo de controle sobre a população, e é o conhecimento que dá legitimação a certas práticas baseadas no status do conhecimento científico.

A Política Nacional de Educação Ambiental	
Expressa	A Educação Ambiental: -É um processo no qual os indivíduos e coletividades tornam-se conscientes de seu entorno -Permite a compreensão da realidade biofísica, social, política, econômica e cultural -Forma cidadãos éticos e responsáveis pelo seu ambiente - É interdisciplinar, implica diferentes disciplinas - É intercultural, -Busca a equidade e igualdade - Forma para a participação e tomada de decisões em processos de gestão -É uma visão de mundo que influencia o conhecimento, linguagens e experiências -Permite a prevenção de desastres
Pressupõe	- Os conhecimentos, valores, competências, experiência, vontades, permitem resolver problemas ambientais.

¹ Sendo necessário aclarar que os primeiros 10 usos da palavras estão nos títulos da tabela de conteúdo, e desde a posição 169 fazem parte de anexos. Sendo um total de 59 Palavras que não são identificadas nos sentidos de significado.

	<ul style="list-style-type: none"> -Conhecimento dos leitores sobre acordos feitos nas diferentes conferências, seminários e encontros. - A Educação Ambiental gera atitudes de respeito pelo ambiente - transformação do sistema educativo, portanto, das estratégias pedagógicas, da formação e da construção do conhecimento -Melhora da qualidade de vida, a partir da democracia e equidade social -A escola como transmissora de conhecimento e procuradora de produtos, visão que deve superar o sistema educativo -Uma relação com problemas e potencialidades das comunidades, em relação a estrutura social e cultural -Reconhecimento do homem como ser biológico e social -Descentralização e autonomia regional
Implica	<ul style="list-style-type: none"> - Uma visão integral de educação - Um olhar sistêmico do ambiente - Uma concepção investigadora, com reflexão crítica, integradora e de projeção de resolução de problemas - Processos de pesquisa e comunicativos - Processos pedagógicos- didáticos no campo axiológico - Trabalho colaborativo entre atores sociais e instituições, ou seja, interinstitucional e intersectoraria. - Relações entre escola e comunidade. - Orientação e concertação pelas instituições. - Um sistema de valores - Inclusão da perspectiva de gênero - Relação com cosmovisões das comunidades indígenas e afrocolombianas, e outras - Contextualização das propostas e projetos - Estabelecer relação com grêmios empresariais e setor privado - Incorporar uma ênfase na formação de jornalistas e comunicadores, entre outras profissionais - Construção de projetos educativos para intervenção ambiental
Omite	<ul style="list-style-type: none"> - Quais são os conhecimentos, competências? - Que tipo de valores, experiência? - As vontades de quem? - Como coordenar ações feitas por diferentes atores sociais? - Discutir como ações individuais e behavioristas gera uma melhor qualidade de vida, sobre todo numa perspectiva de desenvolvimento sustentável - Qual é o papel transformador da comunidade sim estabelece que a escola deve baseasse no conceito de desenvolvimento da comunidade - Que a normatividade é previamente construída pela elite simbólica da sociedade
Pratica da EA	<ul style="list-style-type: none"> - Mediante processos de formação integral - Incorporação curricular - No sector privado mediante a produção limpa, eco eficiência, mercado verde - Socialização do conhecimento construído por pesquisa

- Mediante a norma socializada através de cenários educativos

Quadro 2: Usos do conhecimento na PNEA

De acordo com os elementos relacionados ao conhecimento dentro da PNEA, identificamos alguns modos de operação da ideologia. Na perspectiva de Fairclough (2001, p. 117), “a ideologia pode ser entendida como significações da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação”. Assim, podemos identificar como, através da política, pretende-se mudar as relações de dominação características da sociedade colombiana, já que ainda é um país muito conservador e religioso.

Mediante um processo de unificação como modo de operação ideológica, na qual se faz uma construção simbólica de identidade coletiva, encontramos como estratégia a padronização e simbolização da unidade (THOMPSON, 2004), ao colocar como referencial padrão, uma perspectiva de gênero, um enfoque multicultural, influente em relação as raças e diferenças culturais.

Análise da prática discursiva

Força através dos Atos de Fala

Compreendemos que a força corresponde à parte acional de um texto, manifestada mediante o(s) ato(s) de fala, que pode desempenhar ordem, pergunta, ameaça, promessa, entre outros (FAIRCLOUGH, 2001, p. 111). Vejamos alguns atos de fala:

Atos de fala	
Atos ilocucionários	
Asserção sobre o futuro	.. poderia posicionar-se, então, a Educação Ambiental como um discurso crítico da cultura e da educação convencional, como possibilitador de transformações profundas da realidade ambiental nacional p. 9. estabelece a educação como estratégia fundamental de transformação da sociedade p. 10.
Pedido ou ordem	Convida a mobilização coletiva como cidadãos, à participação ativa. p. 11.
Desejo	Uma Colômbia mais justa, equitativa, solidária e responsável com as gerações presentes e futuras. Esse é o país com que todos sonhamos e que o Governo quer construir p. 7. ...Ideal de cidadão que o país precisa, com uma formação fundada desde suas capacidades de contribuir nos processos de desenvolvimento cultural, econômico, político e social e nos de sustentabilidade ambiental. p. 8. construir novos sentidos e significados da vida coletiva, com cultura de paz e convivência p. 11.
Hipotética de intenção	A partir da intenção de incluir a dimensão ambiental em todos os âmbitos e níveis da educação básica e média da área rural e urbana do país. p. 7. A política tem a intencionalidade de reconstruir a cultura e orientar para uma ética ambiental, no marco das apostas de

	sustentabilidade ambiental do desenvolvimento que procura o país e o governo. p. 8.
--	---

Quadro 3: Atos de fala na PNEA

Como podemos interpretar, a política está escrita a partir de atos ilocucionários que respondem a ideais de transformação da sociedade colombiana, baseados numa educação que contribuiu à sua construção, desde uma formação de uma cidadania, democrática, justa. Por outro lado, reflete a necessidade de superar o conflito a partir do ideal de uma cultura para a paz. Mas, encontramos também um modo de operação de legitimação de ideologia, onde o governo e o estado, são apresentados com interesses específicos justificando, neste sentido, as relações que se estabelecem no documento. Além, de ter também como modo de operação de ideologia a dissimulação, já que a partir da supervalorização das instituições educativas, como responsáveis dessa transformação social, fazem deslocamentos das responsabilidades das outras dimensões da sociedade.

Conclusões

A análise apresentada aqui, é uma aproximação à uma análise do discurso, mas, permitiu identificar como as políticas, estão baseadas em produções ideológicas, que vão influenciar e condicionar as relações e interações sociais, como por exemplo, quando convida à mobilização cidadã, propõe a descentralização e autonomia regional, sugerindo mudanças nas relações de poder verticais.

Esta primeira análise, permitiu identificar como o discurso reflete a sociedade colombiana, mais orientado à sociedade idealizada, uma sociedade democrática, equitativa, integral, e com uma cultura de paz. Mas, não evidencia-se, ao longo do documento, como a prática social é resultado e condição da estrutura social, esquecendo da relação dialética, e da influência da estrutura social na construção da sociedade colombiana. De modo que, não encontramos no documento da PNEA como a estrutura social contribui na construção das identidades sociais e posições dos sujeitos, da construção das realidades sociais e dos sistemas de conhecimentos e crenças, se não que responsabilizasse mediante a política ao sistema educativo e aos indivíduos com seu comportamento e trabalho coletivo, esquecendo naturalmente os outros componentes da sociedade.

A área de educação em ciências tem considerado cada vez mais a EA como tema afim. Deste modo, caracterizar discursos de EA presentes em uma política pública gera a possibilidade de entender alguns aspectos de questões como diferentes práticas da EA coexistem e geram tensões entre reprodução e transformação social. Além disso, ao caracterizar como os discursos de uma prática são apropriados e/ou colonizados por outra gera a possibilidade de entender a EA como gerador de práticas, discursos e conhecimentos ainda que tensionados por estruturas que regulam sua agencia.

Ao fazer este estudo, permite pensar para futuras pesquisas, como a EA pode discutir a supervalorização da educação como única responsável da transformação social, implicando nos processos educativos da sociedade colombiana, trazer elementos de discussão como é a teoria crítica, o análise do discurso político, o que permitira pensar e compreender as relações entre macro e microestruturas, assim como a participação da educação nelas, na procura de uma formação cidadã democrática e justa.

Referências

ANDRADE, D.; LUCA, A. DE; SORRENTINO, M. O diálogo em processos de políticas

públicas de Educação Ambiental no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 613–630, 2012.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**. Abingdon: Routledge, 2003.

GIROUX, H. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre, 2003.

GIUFFRÉ, L.; FORMENTO, S.; RATTO, S. Transversalidad de conceptos de Educación ambiental para un Desarrollo Sostenible presentes en la Legislación Argentina. **CI. Suelo (Argentina)**, v. 25, n. 1, p. 75–80, 2007.

HARVEY, D. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. 1º ed. Quito: IAEN, 2014.

JICKLING, B.; WALSH, A. E. J. Globalization and Environmental Education: Looking Beyond Sustainable Development. **Jornal of Curriculum Studies**, v. 40, n. 1, p. 1–21, 2008.

LAYRARGUES, P. P. Para onde vai a Educação Ambiental? o Céario Político- Ideológico da Educação Ambiental Brasileira e os Desafios de uma Agenda Política. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, 2012.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental”. **Anais...** p.1–15, 2011.

MEJÍA- CÁCERES, M. A. **Principios y escenarios desde el conocimiento cultural para el diseño de una propuesta de educación ambiental.**, 2014. Universidad del Valle.

MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE. Política Nacional de Educación Ambiental. Colombia. 2012.

SCOTT, W. Developing the sustainable school: thinking the issues through. **The Curriculum Journal**, v. 24, n. 2, p. 181–205, 2013.

THOMPSON, J. B. **Ideología y Cultura Moderna**. Coyoacán, México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2004.